

Declaração Política – Fevereiro de 2011

Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Berto Messias

EMPREGO E COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA AÇORIANA

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dedicou as suas últimas Jornadas Parlamentares a uma reflexão sobre Emprego e Competitividade, na Ilha do Pico.

São temas de grande pertinência tendo em conta a conjuntura em que vivemos actualmente.

Emprego e Competitividade são duas questões de grande centralidade para o futuro.

Trata-se de dois conceitos indissociáveis que são o grande desafio que os Açores enfrentam para ultrapassarem os constrangimentos da conjuntura actual, mas também para superarem os desafios estruturais da sua economia.

Não há, seguramente, mais e melhor emprego sem empresas competitivas. Mas também não há competitividade sem empregos qualificados e estáveis.

Discutimos e abordámos estes temas da forma que nos parece a mais correcta.

De forma aberta e partilhada, tendo como convidados vários parceiros sociais, e ouvindo-os sobre como pensam que os Açores podem ultrapassar este momento mais difícil, em virtude de uma crise económica, financeira e social de dimensão mundial que nem os mais conceituados economistas conseguiram prever.

Pela ilha do Pico, a convite do Grupo Parlamentar do PS, passaram dirigentes regionais da UGT e da CGTP, mas também da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e membros do Governo dos Açores e da República com responsabilidades no sector da Economia.

Ouvir os parceiros sociais - sindicatos e empresários - será sempre um exercício enriquecedor que não podemos nem devemos descuidar.

A partilha de ideias e de propostas é sempre um exercício importante para que surjam mais e melhores contributos para a melhoria do sector.

Discutimos e abordámos com os movimentos sindicais o Plano Regional de Emprego 2010-2015, documento que orienta a actuação do Governo Regional dos Açores em matéria de políticas activas para o emprego e que transpõe para o contexto regional as prioridades estabelecidas na Estratégia de Lisboa.

Esta transposição é o cumprimento do estabelecido no Programa do X Governo Regional dos Açores, ou seja, dotar os açorianos de maior empregabilidade, e, ao mesmo tempo, dotar as empresas de maior qualidade dos seus profissionais, factor determinante para alcançar uma maior competitividade do tecido empresarial e das organizações açorianas.

Mas é preciso reafirmar que, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Emprego e Competitividade são duas áreas que estão intimamente ligadas, que devem co-habitar permanentemente, uma vez que são dois braços de um mesmo corpo que é a economia regional.

É, por isso, que deixamos a garantia a todos aos açorianos: o PS/Açores nunca permitirá que a competitividade económica se faça à custa dos direitos dos trabalhadores açorianos.

Na economia não vale tudo, como recentemente ficou provado um pouco por todo o mundo.

Entre os mercados e as pessoas, o PS/Açores prefere as pessoas. Entre a especulação, assente nas derivas neoliberais, e a regulação laboral, o PS/Açores optará sempre pela estabilidade dos direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Este é e será sempre o nosso compromisso. Seremos sempre um garante do respeito pelos direitos dos trabalhadores açorianos.

Não podem, as empresas, aproveitar o argumento que se está em crise para diminuir os direitos dos seus funcionários, ou proceder a despedimentos encapotados pela necessidade de superar os tempos difíceis.

É nos tempos mais complicados que é necessário evidenciar a ética e a responsabilidade social dos empresários.

Felizmente, a esmagadora maioria dos empresários açorianos tem bem presente esta necessidade e cumpre o seu dever.

É também por isso que alguns não podem denegrir o trabalho e o mérito de muitos.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Emprego e Competitividade. Importa fazer uma reflexão sobre o que éramos, o que somos e o que queremos ser.

Essa análise terá, necessariamente, de ser feita num espaço temporal de décadas, de modo a mostrar uma real tendência do mercado de trabalho e de emprego na Região.

O que éramos?

De 1986 a 1996, o número de desempregados aumentou 17 por cento sem que se verificasse, pelo contrário, qualquer crise económica comparável à que se vive actualmente no País, na Europa e no Mundo.

Dados do credível INE indicavam ainda que, no espaço desta década, o número de trabalhadores açorianos passou de 88.500 para 88.530. Ou seja, um crescimento de 0,03 por cento.

Estamos a falar de um aumento de 30 postos de trabalho em dez anos.

Para que se perceba exactamente de onde vimos, a política de emprego da Região dessa década conseguiu criar, em média, três empregos por ano.

Com a mais baixa taxa de população activa de sempre, que se verificou em 1995, os Açores registaram a mais elevada taxa trimestral de desemprego de sempre: nem mais, nem menos do que 8,4 por cento.

O que somos?

Somos a região com a mais baixa taxa de desemprego do país, ao mesmo tempo que aumentamos em 24 por cento o número de açorianos a trabalhar desde 1998, passando dos 91.163 para os 112.596 trabalhadores.

Esta redução do desemprego e este aumento da população activa têm uma explicação: o Plano Regional de Emprego que vigorou entre 1998 e 2010.

Este documento, um dos mais estruturantes já aplicados nos Açores, permitiu um aumento de 39 por cento do número de mulheres a trabalhar e um crescimento de 55 por cento de jovens inseridos no mercado de trabalho.

Este Plano foi o grande responsável pelo crescimento de 67 por cento do número de trabalhadores altamente qualificados nos quadros das empresas ou, ainda, pelo crescimento de 121 por cento de mulheres em lugares de quadros superiores.

Foi uma verdadeira revolução silenciosa que ocorreu nos Açores e que mudou, por completo, a estrutura do emprego na nossa Região.

Quando este plano começou a vigorar, em 1998, para cada dois funcionários públicos havia três açorianos a criar riqueza em empresas privadas. Actualmente, para os mesmos dois funcionários públicos, existem seis trabalhadores no sector privado.

Felizmente, temos hoje um tecido empresarial mais forte, mais diversificado e com mão-de-obra mais qualificada.

O que queremos ser?

A melhor Região do país para se viver e trabalhar.

São metas muito ambiciosas, sabemos bem.

Sofremos um revés com os efeitos da crise, que prova que não vivemos sozinhos no Mundo.

Mas estamos a recuperar e continuamos a ser a Região com a mais baixa taxa de desemprego do país.

Para cumprir estas metas ambiciosas a Região dispõe agora de um novo Plano Regional de Emprego, que vai vigorar até 2015, e que foi alvo de um amplo debate com os parceiros sociais em sede de concertação estratégica.

É um plano ambicioso, com um valor global de 325 milhões de euros, mas com metas pertinentes e lúcidas que pretende agir junto de 150.000 açorianos de camadas sociais, profissionais e etárias diversas: Perto de 115.000 trabalhadores, 8.000 desempregados, 7.000 inactivos e 20.000 jovens e estudantes.

Facilitar e promover mais e melhores postos de trabalho;

Criar instrumentos de manutenção e defesa do emprego;

Combater a precariedade laboral e incidir junto dos mais jovens, através de planos de transição para a vida activa, implementando uma estratégia de formação profissional consequente e condicente com as necessidades do tecido empresarial regional;

Garantir que estão criadas as condições para acolher o regresso dos milhares de jovens açorianos que estão hoje no exterior da Região a qualificar-se e que querem voltar para os Açores, são pressupostos centrais da estratégia definida na área do Emprego.

Uma palavra para os jovens açorianos. São o maior capital do nosso país e da nossa região. É também por isso que, nos dias que correm, não pode subsistir a ideia de que, afinal, não é preciso estudar para ter um melhor emprego.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Tivemos, também, a oportunidade de abordar questões relacionadas com a competitividade na nossa economia e do sector empresarial privado.

Não temos dúvidas. Para que os nossos rendimentos médios continuem a aumentar o factor da competitividade é crucial.

A estratégia de fomento à competitividade deve assentar numa aposta na inovação, no desenvolvimento tecnológico, nas áreas organizacionais, na formação e qualificação dos nossos recursos mais valiosos como as pessoas e numa mentalidade ambiciosa que queira evoluir positivamente na cadeia de valor empresarial e na busca de valor acrescentado dos seus produtos.

E não defendemos apenas a criação de novas empresas nas áreas tecnológicas ou de inovação. Sendo estas importantes, é tão ou mais importante que as empresas já existentes em sectores “clássicos” e com ainda grande margem de progressão se adaptem à evolução dos tempos e implementem novos métodos e novas realidades que lhe confirmem mais qualidade e mais diversificação.

Inovar não é apenas fazer coisas novas, é também melhorar e potenciar mais e melhor o que já existe.

Tendo consciência das necessidades futuras. É imperativo realçar o trabalho que a Secretaria Regional da Economia tem desenvolvido, garantindo melhores condições e melhores instrumentos aos empresários para aumentarem a sua competitividade, com medidas de âmbito estrutural e estratégico, através de uma política de incentivos ao investimento, essencialmente consubstanciada no Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), ou noutros programas como o Empreende Jovem, o Sidart ou o recentemente anunciado Fundo Regional de Capital de Risco.

Mas mais. Não descurou a adopção de medidas de âmbito conjuntural, para ajudar as empresas a ultrapassar as dificuldades no momento difícil que o mundo atravessa, materializadas através da linha de crédito bonificado, Linha de Crédito Açores Investe, e a criação de uma linha de apoio à reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores, medidas com o objectivo de injectar rapidamente liquidez nas empresas e estabilizar a situação

financeira das mesmas para que, assim, se possam preparar para as necessárias reestruturações e investimentos conducentes à melhoria da sua competitividade.

Nesta estratégia de apoio às empresas é de realçar também o apoio e os contributos que os representantes das empresas açorianas têm dado à tutela na definição das políticas a implementar.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Estes dados e estas medidas provam a pró-actividade e a ambição do Governo dos Açores em relação a estas importantes matérias não para o PS, mas sim para o futuro dos açorianos.

O Governo dos Açores colocou todas as cartas em cima da mesa. Não fez “caixinha” com as suas propostas, não as escondeu de ninguém. Estão apresentadas e aprovadas, sujeitas à crítica, ao reparo e ao elogio.

O Governo dos Açores assumiu a sua responsabilidade de governar e de decidir.

Nunca lhe passou pela cabeça dizer que tinha boas propostas para os açorianos, mas que eram só dele, para que ninguém as conhecesse.

O Governo dos Açores foi a jogo e enfrentou as dificuldades em defesa dos Açores e dos açorianos.

O Partido Socialista fê-lo e vai, naturalmente, continuar a fazê-lo.

Ao contrário de outros, que teimam em não assumir as suas responsabilidades como o maior partido da oposição dos Açores.

Recentemente assistimos, estupefactos, a um exercício inacreditável de desresponsabilização por parte do PSD Açores e da sua Presidente quando afirmou que as propostas concretas do partido na área do emprego não são apresentadas agora e vão ser orientadas para o programa eleitoral do partido às eleições de 2012.

É um total absurdo político afirmar que se tem propostas para resolver o principal problema dos açorianos e não as apresentar.

É, acima de tudo, a maior falta de respeito que se pode ter para com os açorianos desempregados.

Por mero tacticismo partidário, o PSD/Açores adia *sine die* as soluções que tem na manga. Perante isso, a leitura é simples: ou não respeita quem está no desemprego ou, pura e simplesmente, não tem proposta nenhuma válida, o que pesa na consciência.

Os factos provam que é a segunda opção. Que não tem qualquer proposta eficaz para combater o desemprego ou apoiar as famílias.

Todos se lembram dos episódios lamentáveis protagonizados pelo PSD/Açores na última discussão do Plano e Orçamento onde não fazia ideia do impacto das suas propostas.

Todos se recordam dos episódios em torno da proposta supostamente justa do PSD de redução da taxa de IRS mas que, contas feitas, beneficiava quem mais ganha. A justiça social do PSD era esta: quem ganha 42 mil euros por ano teria uma redução de IRS quatro vezes superior a quem ganha até 7.400 euros.

Porque, senhoras e senhores deputados, não basta fazer propostas. É preciso que essas propostas sejam exequíveis, conscientes e responsáveis e isso é ainda mais exigível quando se trata do maior partido da oposição.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

A verdade é que o PSD Açores está desorientado.

Bem demonstrativo dessa desorientação é a teia de contradições e de incoerências da sua Presidente na questão da remuneração compensatória.

Afinal, a remuneração compensatória, que era a mais injusta das medidas do mundo, afinal vai ser aplicada na Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Mais. A aplicação da medida até mereceu a congratulação dos deputados municipais do PSD, que votaram a favor de um voto apresentado na última Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

O PSD em Ponta Delgada congratula-se com aquilo que o PSD rejeita no Parlamento Regional.

No meio destes PSD's fica a dr^a Berta Cabral, a tentar arranjar argumentos para justificar aquilo que a autarca aplicou, mas que a líder regional achava que era muito mau e injusto.

Agradece-se, assim, que alguém nesta casa explique aos açorianos qual a Dra. Berta Cabral que devem levar a sério.

Está a tornar-se insustentável viver com esta dupla personalidade.

Como sempre nos casos de dupla personalidade, uma pessoa acaba sem personalidade nenhuma!

E sobre esta matéria é imperativo registar nesta casa um facto de grande relevância política.

A desonestidade política e intelectual da Sra. Presidente do PSD/Açores, quando tenta enganar os açorianos dizendo que a lei é para cumprir depois de aprovada. Toda a gente sabe que a medida em causa é facultativa e os Municípios só a aplicam se quiserem.

Tratou-se de um lamentável exercício de “sacudir a água do capote”, muito pouco digno de qualquer responsável político.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

É este o actual cenário político nos Açores. Um Governo activo e que arranja soluções para os açorianos. Alguma oposição aguerrida, mas que se percebe empenhada no futuro dos Açores e que não tem medo de apresentar as suas soluções.

Do outro lado, o PSD/Açores que rejeita liminarmente nesta casa o que, dias depois, aplica lá fora e até se congratula com isso.

Um PSD/Açores que acha que ninguém deve saber o que eles pensam sobre a forma de combater o desemprego, mas que, ao mesmo tempo, pensa que assim é alternativa para 2012.

Neste momento difícil exige-se grande responsabilidade dos agentes políticos, de todos, sem excepção.

É por isso que faço um apelo à Presidente do PSD/Açores.

Que reconsidere a postura de esconder as suas propostas na área do emprego e que tenha a coragem de apresentá-las, caso existam.

Que assuma o seu mandato de deputada e que apresente aqui, neste Parlamento, olhos nos olhos, as soluções que supostamente tem para melhorar a vida dos açorianos.

Esta é a forma como se deve fazer política. No debate frontal e no lugar certo discutindo e apresentando propostas concretas que melhorem a vida dos açorianos.

Cá a aguardamos. Entretanto, o Governo e o PS/Açores vão continuando a trabalhar pelos Açores e Açorianos.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Fevereiro de 2011.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores,

Berto Messias